

# ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E ETNOGRAFIA: O DENOMINADOR GUARANI

*André Luis Ramos Soares*

Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),  
Doutorando em Arqueologia Brasileira (MAE-USP).  
E-mail: alrsoares@terra.com.br

---

Neste artigo, discutimos os limites existentes para o estudo dos grupos guaranis do ponto de vista etnográfico, histórico e arqueológico. Percebemos que diversas publicações tratam os grupos indígenas da atualidade – os conhecidos pelas fontes históricas e os portadores da Tradição Tupiguarani ou subtradição Guarani –, como uma única sociedade, com poucas distinções espaço-temporais. Esta visão permite que historiadores e arqueólogos utilizem, deliberadamente, analogias diretas entre estas distintas disciplinas, sem considerar as dinâmicas e as diferenças existentes entre as sociedades temporal e geograficamente distantes. Demonstramos, ainda, que as distintas parcialidades conhecidas podem ser abordadas arqueologicamente, ao invés de criar um ‘frankstein’ guarani com as fontes disponíveis.

Palavras-chave: Arqueologia, Etno-história, Guarani.

*Archaeology, History and Ethnography: The denominator Guarani. This article discuss the present limits to study the Guarani groups by ethnographic, historical and archaeological point of view. We perceive many publications treat native groups as a unique society. This groups are knowing by historical sources and Tupiguarani Tradition carriers or “Tupiguarani subtradition” with few space-time distinctions. □ This vision permit historians and archaeologist to use deliberately direct analogies between different groups without consider the dynamics and differences between separated societies by time and geography. We show this different parcialities, that we already know, could be board archaeologicly in stead of creating a “Guarani Frankenstein” with the able sources.*

*Keywords: Arqueologia, Ethnohistory, Guarani.*

O conjunto de datas publicadas por José Luiz de Moraes e Francisco Noelli na Revista da USP, nº 44 (1999/2000:194-253), levanta uma problemática a algum tempo esquecida: quais são os limites entre os enfoques disciplinares, observando os guaranis sob o viés da História, da Etnografia e da Arqueologia? Esta pergunta remete a diversas questões relativas à antropologia e à história indígena, a respeito do uso das analogias em Arqueologia como elementos válidos para interpretação dos artefatos, dos sítios e das unidades ecológicas no entorno.

Na discussão, partimos de premissas de caráter histórico (no âmbito das disciplinas envolvidas), quais sejam:

- Os arqueólogos amadores do final do século XIX acreditavam que os achados de cerâmica deveriam ser vinculados aos grupos humanos existentes, notadamente, devido à crença de uma continuidade e baixa longevidade das ocupações (cf. Noelli, 1993).
- A partir da instalação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, a definição de tradições e fases, por razões de diversas ordens, desvinculava os grupos humanos existentes do material arqueológico descoberto (Soares, 1996, 1997, 1999).
- No caso dos guaranis, o conhecimento histórico e antropológico do grupo levou os pesquisadores a retomarem a necessidade de atrelar, quase diretamente, a subtradição Guarani aos grupos guaranis histórico e etnograficamente conhecidos (Brochado, 1984; Noelli, 1993; Soares, 1996).

Este último ponto é resultado dos trabalhos de Brochado que, incessantemente, apresentou provas de que as vasilhas arqueológicas guaranis poderiam ser facilmente identificadas segundo as fontes históricas, em particular, conforme os dicionários bilíngües de Antônio Ruiz de Montoya, uma vez que a validade deles é incontestável para o conhecimento da língua guarani no período do contato, especificamente, início do século XVII.

Nesse sentido, as datas obtidas, que oscilam entre 200 e 2200 antes do presente<sup>1</sup>, nos fazem colocar em pauta a seguinte discussão:

---

<sup>1</sup> “Considerando a cronologia das ocorrências, os primeiros grupos ceramistas a ocuparem o Estado [ SP ] seriam portadores de cerâmica Tupiguarani. O sítio mais

podemos relacionar este guarani “arqueológico” com os guaranis “etno-históricos” (conhecidos) e “etnográficos” (existentes)?

A interpretação dos dados arqueológicos guaranis é objeto de pesquisa de longa data nos países do Cone Sul. Na proposta de Branislava Susnik, os guaranis arqueológicos deveriam ser tratados de forma francesa. De fato, em algumas de suas publicações (1975, 1982, 1984/85), a autora se referia aos guaranis como “altoparanaenses”, “guaraienses”, “guayraenses”, “tapés”, “paranáes”, “itatines”, fixando a espacialidade como demarcador, a exemplo do “achelense”, “solutrense”, “magdalenense”, etc.

Esta discussão foi rejeitada pelo PRONAPA, disfarçada pela criação de mais de sessenta fases na tradição tupiguarani<sup>2</sup> (Simões, 1972) que, de tanto serem questionadas, abriram espaço para o problema social da interpretação cerâmica, conforme Meggers & Evans (1985), o que não avançou na discussão.

“Atualmente acreditamos que as fases, definidas em termos de seqüência seriada, podem ser relacionadas a comunidades autônomas ou semi-autônomas e que as tradições, definidas em termos de fases, compartilham um conjunto de elementos cerâmicos, provavelmente, representem entidades tribais ou lingüísticas” (Meggers & Evans, 1985:5).

Problema maior foi a reprodução acrítica da questão social proporcionada pela cerâmica, na qual a distribuição de poucos frag-

---

antigo está localizado no vale do Tietê e foi datado por termoluminescência em 250 aC (sítio Ary Carneiro - Maranca et alii 1994:225-6). Trata-se ainda de data isolada, uma vez que os demais sítios de São Paulo ocorrem a partir do início do século V de nossa era, tendo-se a data de 400 dC para o sítio Franco de Godoy, localizado no vale do Pardo (Pallestrini 1981/82) e 410 para o sítio Jango Luís, no vale do Paranapanema (Pallestrini 1968/69:51), ambos pelo método do C14.” Robrahn-González, 1997:01.

<sup>2</sup> Tradição significa um “Grupo de elementos ou técnicas com persistência cultural” (Terminologia, 1976, p.145). A tradição tupiguarani foi definida como “uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás (1976:146).” No entanto, estas definições da cultura material não servem para classificar ou mesmo identificar grupos humanos, mas somente para entender as técnicas de fabricação e os conjuntos de implementos.

mentos suscitou a formação de hipóteses sobre exogamia dos falantes do tupi-guarani.

“(Na aldeia da Queimada Nova, no Piauí) ... evidenciou uma oposição quantitativa e qualitativa entre os cacos da metade oriental e da metade ocidental da aldeia, o que dificilmente pode ser atribuído a uma distância cronológica” (Prous, 1992:383)

O problema é instigante, apesar de sabermos que a “oposição”, da qual trata Prous, refere-se a oitenta e nove fragmentos pintados de vermelho sobre simples na “metade” leste contra quinze fragmentos pintados de vermelhos sobre branco na “metade” oeste (Maranca, 1976; Meggers & Maranca, 1980).

Dessa forma, durante o PRONAPA, conscientemente foi negada a ligação entre os grupos humanos e os artefatos arqueológicos por eles produzidos. Os motivos que levaram a tal conduta podem ser encontrados no momento político dos anos sessentas (1960), no atrelamento e subserviência da pesquisa nacional à americana, ou ainda, à incipiente arqueologia científica no país (Funari, 1999a, 1999b).

Ainda é importante ressaltar como esse paradigma tem sido desconstruído; ou seja, como, atualmente, os pesquisadores mostram ou buscam mostrar a ligação direta, inequívoca e unilinear entre os grupos guaranis etno-históricos e arqueológicos, baseando-se nos dados etnográficos e lingüísticos (Oliveira, 2002:113; Noelli, 1999/2000:222).

## **O GUARANI ETNO-HISTÓRICO**

Com amparo nas descrições históricas, realizadas por viajantes, jesuítas, exploradores, demarcadores e por toda sorte de mercenários, os arqueólogos procuram vestígios de comportamento social ou material que indiquem o modo de viver guarani (Noelli, 1993; Soares, 1996). Se essas descrições são amplamente válidas e aceitas para o período de contato com o europeu, entre 1620 e 1800 (data dos documentos mais abundantes), a extrapolação para o período imediatamente anterior ao contato torna-se uma especulação aceita, porém questionável.

Em nome de uma “longa duração” braudeliana, estimulou-se a realização de analogias históricas, devidamente alicerçadas no parentesco lingüístico e em parte da cultura material (Noelli, 1993, a partir de Hodder<sup>3</sup>, 1991:1-26).

Ora, se o parentesco lingüístico é inquestionável, o mesmo não podemos dizer da cultura material. Baseada nos milhares de fragmentos corrugados, ungulados, pintados e espatulados foi criada a tradição tupiguarani. Ao mesmo tempo, se eram reconhecidas as distintas parcialidades em nível etno-histórico, estas nunca foram uma preocupação em nível arqueológico.

Os dados etno-históricos, por exemplo, remetem a grupos diferentes, a locais diferentes e a tempos diferentes. Em termos de pesquisa arqueológica, essas diferenças foram eliminadas em nome do parentesco lingüístico e da semelhança da cerâmica, que era o indicador cultural para os guaranis<sup>4</sup>. No entanto, uma grande confusão estava armada.

Os arqueólogos sabiam que os diferentes tipos de corrugados não significavam parcialidades ou mudanças temporais, podendo ser simples idiosincrasia do ceramista.

Da mesma forma, os tratamentos de superfície, a partir da avaliação anterior, deixaram de ser estudados, já que o fim ao qual se destinavam não era atendido, ou seja, a cronologia ou a dispersão não era verificável por este critério.

O conceito de “fase”, que poderia ser atribuído a artefatos inteiros identificados, não poderia ser adotado em fragmentos; concomitantemente, nunca nenhum pesquisador buscou realizar as seriações em sítios datados a partir da reconstrução das vasilhas, considerando apenas as bordas.

---

<sup>3</sup> É necessário ressaltar que Noelli apropria-se de um conceito de Braudel, pouco estudado em Arqueologia, qual seja, a ‘longa duração’, que Hodder utiliza como parâmetro para a análise de sociedades ágrafas.

<sup>4</sup> Veja os trabalhos de Brochado, 1980, 1984, 1989,1990. Os mapas lingüísticos sempre foram referência para ocupação arqueológica. Ver crítica dessa postura em Funari, 1999a.

A pintura cerâmica, que poderia indicar aspectos ligados à etnicidade, à parcialidade ou à mitologia, aguarda um estudo sistemático e comparativo, para comprovação arqueológica das parcialidades (Soares, Manuscrito).

É importante resgatar esses aspectos, porque, quando falamos dos grupos guaranis, dois pontos devem ser destacados:

- Guarani como língua, o que justificaria a homogeneização de Vanhagen (1876) – na tradução de Montoya – ao afirmar que o dicionário é “Tesoro de la Lengua Guarani, ó más bien Tupi” (1640[1876]).

- Guarani enquanto identidade étnica, então seria necessário remeter às parcialidades, culturais e materialmente distintas (Soares & Garlet, 1998).

Dessa maneira, o guarani de Montoya, escrito em um local específico, em um momento histórico e em uma conjuntura definida, é “alastrado” como válido e onipresente para toda a gama de elementos considerados como “cultura guarani”. Neste ponto, defendemos, como já citado (Soares, 1996), que os dicionários são válidos para a terminologia de parentesco e organização social, em face da necessidade, empírica e real, de manejo das relações conjugais, dos casamentos e dos graus de parentesco permitidos.

Assim, acreditamos que – da mesma forma que os lingüistas utilizam os termos de parentesco para estabelecer filiação e proximidade cultural – é possível adotar tal terminologia como baliza para várias parcialidades guaranis. Nos termos de parentesco ocorre pouca ou nenhuma mudança, então, eles podem ser utilizáveis como critério para considerarmos os dicionários de Montoya válidos para a compreensão da forma de organização sociopolítica no período de contato.

No entanto, poucos são os dicionários que, sob essa ótica, podem ser adotados. As gramáticas e os vocabulários são, sobretudo, “para entender e ser entendido”, nas palavras do próprio Montoya. Ademais, relatam a experiência de diversos anos de catequese, servindo de compilação, momentânea, de diferentes e distintos grupos, como podemos observar (Soares & Garlet, 1998).

É necessário realizar uma pausa na crítica aqui exposta, pois o uso dos dicionários de Montoya é válido e praticamente inesgotável, mas é preciso esclarecer de *qual* guarani se trata. Em primeiro lugar,

refere-se àqueles visitados por Montoya em sua catequese; em segundo, àqueles guaranis que passaram pelo contato, especificamente no século XVII, decorridos dois séculos de contato, direto ou indireto (Noelli & Soares, 1997a, 1997b); em terceiro lugar, a um guarani com dinâmica própria, peculiar e condicionada à busca de escapatória à cruz ou à espada.

Se, por um lado, o uso da documentação histórica é válido e deve ser perseguido; por outro, não devemos estimular a utilização indiscriminada das fontes, criando assim um guarani construído a partir de fragmentos distante espaço-temporalmente, sob pena de montarmos um “frankenstein” que nunca existiu.

Os exemplos dessa prática são incalculáveis. Sem repetir inúmeras vezes as citações existentes, percebemos que algumas descrições dos guaranis etno-históricos já se tornaram, por sua vez, históricas:

- Viviam em casas grandes, com as famílias extensas.
- Eram liderados por uma chefia política (*tuvichá* ou cacique) e uma espiritual (*pajé*), a primeira cuidava dos tratos seculares; a segunda, nas questões sobrenaturais.
- O chefe tinha direito à poligamia.
- Faziam grandes festas, das quais sobraram os artefatos de cerâmica;

Ora, esses fatos são, por si mesmos, absolutamente inquestionáveis. No entanto, em busca de refinamento, para fins de analogia, investigamos de grupos distintos em locais e tempo distintos, a fim de “aproximar” as leituras sobre os guaranis. Em nome da analogia histórica direta, realizaram-se relações questionáveis e tênues, reproduzindo um discurso de homogeneidade e monolitismo na cultura guarani.

“Existem iconografias dos enterramentos secundários fora da habitação, entre os Guarani paraguaios do final do século XIX e do XX, que correspondem às descrições seiscentistas de enterramentos similares.” (Noelli, 1993:174)

A partir dessa reflexão, é possível observar a ligação direta e inequívoca entre os guaranis, como grupos a-históricos indistintos, ao contrário do que apresentaremos adiante. Com esse exemplo, notamos ainda, as grandes variantes culturais, mascaradas pela busca de uma grande nação guarani, com todo o ideário moderno, construído

“no bojo dos estados nacionais a partir do século XVI: uma língua, uma nação, uma cultura”<sup>5</sup>.

“Generalmente, el entierro tiene lugar en la choza del fallecido, aproximadamente a un metro de profundidad bajo tierra. Si el Pañ muere fuera de la choza, y es enterrado fuera de ella, entonces debe colocarse por encima de su tumba um techo protetor. Al muerto se le agrega en la tumba todo su haber personal antes también rifle y machate – éstos, hoy en día casi siempre exceptuados - pero no tocado por los parientes. Por eso no hay entre ellos derecho sucesorio” (Müller, [1913] 1989:30) (sobre os Pañ-tavyterã, conhecidos também como ñandeva ou Pay)

“.. quando se muere alguno ayunan dos días; todas las de su casa no comen carne ni van al rio... y las indias han de llorar a gritos y se suellen dar muy crueles golpes; enterran su difuntos en el campo o hacienda, sobre la sepultura unas choçuelas y de quando en quando van a limpiar la yerba que nace en ella porque asi dicen que descansa el difunto; cortan los puños de las hamacas en que los entierron porque si no, moriran otros de la misma casa, por la misma raçon quitan las cuerdas de hamaca, y en la sepultura. Mientras lo entierran no a de caer basura alguna porque si cae se moriran otros de aquella parcialidad. Si la difunta es india que tenia hijo al pecho va una vieja a la sepultura con un redaço y como que ensaca con el algo, lo mece dos o tres veces, con lo qual saian el alma de alli porque el niño no se muera porque el alma de la india ayuda a criar al niño y se se queda en la sepultura, el niño a de morir. (Cortesão, 1951:274) (dos Guaranis do Guairá, 1549)

Essas citações seriam suficientes para mostrar que, em termos de analogia etnográfica ou etno-histórica, os guaranis e seus parentes lingüísticos formariam uma bela “colcha de retalhos”, como costuma acontecer. Talvez a citação de Susnik (1983), abaixo, seja suficiente para entendermos que não há, segundo a bibliografia, um padrão de enterramento, mas diferentes possibilidades, conforme o grupo e o status social.

---

<sup>5</sup> Veja crítica extensa e pertinente em Funari, 1999<sup>A</sup>. Ver também Fausto, 1997:2. “O particularismo histórico e o difusionismo foram saindo de voga, sendo substituídos pelo culturalismo e pelo funcionalismo. Não se tratava mais de organizar similaridades e diferenças culturais em grande escala, mas de compreender o padrão cultural de um povo. A unidade de análise tendeu, assim, a coincidir com os grupos empíricos, formando-se o tripé: uma cultura, uma sociedade, um povo.”



“Los hallazgos arqueológicos de las urnas funerárias confirman la amplia difusión de este tipo de entierro; entre los antiguos Guayráes, Tapés, Paranás, Carios, Itatines, Testemoñando las urnas también la presencia de los Guaraníes en las islas del R.Paraná Inferior. (pg 67) Carecemos de ditos para deslindar si el entierro era obligatorio para cada membro de la comunidad o solamente reservado al status de prestigio o limitado según status por sexo y edad. Al parecer, coexistían varias prácticas enterratorias, desde las fosas simplemente calafetadas hasta la urnas dentro de una misma parcialidad; los hallazgo arqueológicos constatan que existían cementerios fixos comunales, donde es fácil hallar la urna con restos ósseos debidos, o “yapepó” vacíos o simplemente las tampas sueltas de cerámica que cubrían el cráneo sólo. El entierro primario en urnas correlacionábase, a todo parecer, con el status de prestigio del difunto, incluyendo a los “tuvichá, teýy-rú, avá-eté, karaí, payé”; el entierro secundario de huesos, una vez acabada la putrefacción del cadáver, resguardado entretanto en una hamaca, no era muy generalizado entre los Guaraníes. (...) (pg 68) Los antiguos Guayráes enterraban en el campo cercano a sus aldeas a veces, en fosas calefatadas y erigiendo cubertizos en miniatura sobre las sepulturas, otras veces enterraban en la misma choza, pero cuidando de que se corten los puños del hamaca en la que yacía el cadáver para prevenir la muerte de un otro miembro de la familia parental; en la fosa no debiera de hacer basura alguna, pues esto significaría la probable muerte de un miembro de la misma parcialidad (Cortesão, 1969:274). (...) Los Itatines-guarayúes al emigrar del Alto Paraguay, abandonaron esta práctica. (...) Los actuales guaraníes abandonaron el entierro en urnas... Los Mbyá-guaraníes entierran el cadáver, en posición fetal, en una fosa calafateada dentro de su choza, ésta luego abandona inmediatamente; tiran algunas flechas sobre la choza y prenden fuego; se erige un cobertizo de hojas de palma en miniatura (pg 69) o simplemente se clavan algunas flechas en la sepultura (ambrosetti, p.738) (Susnik, 1983:67-69).

As diferenças entre as diversas parcialidades guaranis ainda são alvo de pouca especulação e exploração no trato dos documentos, por que, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, as nações davam prova de reconhecimento a uma “avançada” condição de organização política dos povos tribais, sendo possível perceber claramente o tratamento dado aos “bandos”, “tribos” e “nações” do ponto de vista europeu.

Na visão européia, a identificação de lideranças aos moldes ibéricos refletia a própria conduta com os parceiros europeus, de

alianças e guerras de conquista. A América era só uma extensão da política ibérica, sem preocupação com a diferença cultural.

## **A CRÍTICA AO USO DE DADOS ETNO-HISTÓRICOS DOS GUARANIS**

As críticas ao uso de dados etno-históricos têm sido trabalhadas em toda produção que se utiliza deles como fonte para análise, ou para interpretação dos índios guaranis (Noelli, 1993; Soares, 1996, entre outros). Nas críticas, geralmente, faz-se referência ao eurocentrismo, à mentalidade dos viajantes seiscentistas (entre o Medievo e o Renascimento), à postura em relação ao índio ser considerado não humano, entre várias outras (Meliá, 1988). Assim, as narrativas de viajantes, exploradores, militares, religiosos, ou seja, toda sorte de descrições, têm sido utilizadas por arqueólogos como fonte obrigatória e primária, quase superior à cultura material deixada pelos próprios índios.

Isto deve ser dito, porque a cultura material tem sido descrita por meio da cerâmica e de uns poucos líticos como artefatos arqueológicos; no entanto, a documentação histórica é batizada de “fonte primária”, como se os artefatos não o fossem. Mais adiante, retomaremos este ponto em detalhes.

Mesmo assim, em se tratando de cultura material e costumes, diversos dados, tidos como excêntricos ou exóticos, têm sido aceitos como válidos para a compreensão do “modo de ser” guarani.

Mesmo que tenhamos realizado diversas críticas, é necessário escrever e discorrer um pouco sobre as informações da documentação histórica: são pontuais; são aleatórias; não são necessariamente válidas; são ideológicas.

As informações são pontuais por que se referem a viagens de poucos anos, de caráter exploratório, com visões idiossincráticas que relatam grupos humanos sem discernimento de grupos ou mesmo, em alguns casos, de língua. Não são raros os relatos de contatos entre europeus e índios na “língua geral”, o que inviabiliza a identificação étnica do grupo.

As informações são aleatórias por que não sistemáticas. São tratados da mesma maneira os documentos do início e do final do século XVI, XVII e XVIII, sendo desprezado o impacto direto e indireto do contato, os efeitos das epidemias e endemias na organização sócio-política (Noelli e Soares,1997a,b) e, também, as distâncias espaço-temporais entre os informes. Em suma, foi construída uma “colcha de retalhos”, nas palavras de Carlos Fausto (1992), sobre as informações disponíveis.

As informações históricas não são necessariamente válidas, por que o exótico foi utilizado para legitimar as atividades exploratórias e colonizadoras. É sabido que parte das descrições não são verídicas, ou podem ser interpretadas de forma diferente a partir dos dados coletados. Assim, nem todas as informações, em virtude da situação criada pelo contato, podem ser consideradas válidas, seja pela ingenuidade daquele que escreve seja pelo desconhecimento daquele que lê. Nesse sentido, o caráter das descrições pode redundar em interpretações falaciosas ou tendenciosas por má interpretação do documento, enquanto distanciado do contexto e da conjuntura de sua escrita.

As informações históricas são ideológicas, porque o espírito exploratório seiscentista será substituído, no olhar historiográfico, pelo espírito colonizador. Daí surge que o “beau sauvage” rousseauiano se transforma em bárbaro sem fé, lei ou rei. Quando as alianças entre cunhados foram substituídas pela escravidão, toda as relações sociais foram redimensionadas, e a organização do parentesco ainda deve ser estudada sob a ótica das mudanças pré e pós-contato. Dessa forma, devido ao desconhecimento quase completo dessas mudanças, foram perdidas um sem-número das conseqüências que essas posturas acarretam.

## **UMA PROPOSTA DE GUARANI ETNO-HISTÓRICO**

Para os exclusivos efeitos deste estudo, devemos estabelecer o que entendemos por guarani etno-histórico, por meio da consolidação de dados, informações e descrições a respeito de grupos guaranis,

ou falantes da língua guarani, distribuídos ao longo do território do Cone Sul, registrados por fontes históricas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Segundo as fontes mais conhecidas<sup>6</sup>, esses guaranis se distribuíam ao longo dos grandes cursos d'água, desde o Estado do Mato Grosso até o estuário do Rio da Prata, compreendendo tanto as bacias e contribuintes dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, além do litoral da região sul do Brasil, quanto as regiões nordeste da Argentina e o Uruguai (Brochado, 1980, 1984, 1989, 1991).

Também consideraremos como fontes válidas para o conhecimento das sociedades guaranis etno-históricas as informações advindas do período missioneiro, isto é, de 1622 a 1801, quando se estabeleceram as fronteiras meridionais entre os Estados emancipados dos impérios ibéricos. Assim, propomos que as analogias etno-históricas sejam conduzidas de modo a envolver sítios próximos ou dentro do período histórico (séc. XIV a XVII), ressaltando o caso da região de pesquisa possuir informações históricas e considerando as transformações advindas do contato com os europeus.

Ainda devemos ter em conta que o guarani etno-histórico não representa o guarani pré-contato, porque as epidemias, as endemias e as guerras de extermínio envolveram os índios, muitas vezes, antes do contato direto com os europeus, como provam os “vazios demográficos” registrados em alguns pontos. Devemos ter em conta, assim, que as descrições, além de todas as críticas, podem adulterar os relatos em relação ao período anterior.

## **O GUARANI ETNOGRÁFICO**

Embora a bibliografia jesuítica tenha sido (e ainda seja) de inestimável valor para o conhecimento das sociedades guaranis que passaram pela experiência reducional, o lapso compreendido entre os anos de 1801 e 1900 é pouco conhecido na bibliografia histórica. Para fins de analogia, a documentação jesuítica é tida como referên-

---

<sup>6</sup> Veja relação das fontes históricas em Melià et al. (1987), Noelli (1993) e Soares (1996).

cia (sem ter caráter absoluto) do comportamento residual dos guaranis em tempos ditos modernos. Após a guerra guaraníca e o fim da administração leiga, os guaranis reduzidos são novamente objetos de estudo, ante a total ausência de dados sobre os não-reduzidos, conforme consta nas mesmas ânuas que descrevem os “tupis selvagens” na bacia Platina.

Esta observação é pertinente porque, se os guaranis reduzidos são observados por analogia etnográfica, persiste um certo olvido quanto ao fato de que, após 1627 e a instalação definitiva no Tape, as gerações de guaranis nascidos nas missões terão maior influência reducional, essencialmente mais forte e perene que seus ancestrais. Se for notório que houve diversos traços marcantes no *ñande reko* que persistiram, devemos ressaltar que os índios da segunda fase, a partir de 1682, terão forte viés sincrético, sobretudo na religião.

Este intróito é necessário; pois, a partir dos anos de 1900, novas levadas de trabalhos descreverão os guaranis, já sob a égide das distintas parcialidades atuais, os *mbyás*, os *ñandevás* e os *kaiovás*, cada qual se considerando o mais autêntico dos guaranis, embora reconhecendo o parentesco lingüístico e cultural entre eles<sup>7</sup>.

A partir da chegada de Claude Lévi-Strauss ao Brasil e de sua obra *Tristes Trópicos*, a etnografia e a etnologia são, de certa forma, ressuscitadas em consagração aos guaranis. A lista de trabalhos é incontável, mas é dever citar alguns autores: Herbert Baldus, Viveiros de Castro, Charles Wagley, Egon Schaden, Bartomeu Melià e León Cadogan, entre muitos outros. A lista de publicações é quase infinita, por isso a analogia, agora transformada em analogia geral ou mesmo lingüística, toma novo fôlego.

A revisão bibliográfica das obras que tratam dos guaranis do final do século XIX aos meados do século XX já foi descrita em trabalho anterior (Soares, 1997), ao qual cabe realizar a autocrítica. Se por um lado tomamos como válido os trabalhos etnográficos para a compreensão do sistema de parentesco; por outro, ainda devemos

---

<sup>7</sup> Outras auto-designações podem ser coligidas, veja Melià, Saul e Muraro, 1987.

revisitar as analogias diretas, que “resgataram” da cultura material dos parentes lingüísticos elementos para comporem a materialidade guarani, tendo como bom exemplo o trabalho de Métraux (1928) em sua *Culture Materielle*.

Ademais, o uso das analogias nos levou a criar um monstro de sete cabeças, em que cada obra etnográfica serviu para compor parte da criação de um guarani hipotético, idealizado e anacrônico, resultante das leituras de inúmeras parcialidades descritas e/ou conhecidas pela mesma bibliografia, conforme descreve Gatti (1985) e observavam Garlet & Soares (1998).

Esses guaranis, descritos a partir de suas parcialidades (identificadores étnicos atribuídos pelos próprios índios), puderam ser finalmente caracterizados; pois pela primeira vez, um componente êmico foi adotado, ao contrário das centenas de anos de pejorativos étnicos, no sentido antropológico. A partir daí, poderemos falar dos *Mbyás*, dos *Nandevas* e dos *Kayovás*, muito embora estes termos fossem utilizados mais pelos outros do que por eles mesmo. Por exemplo, os *mbyás* preferem ser tratados como *avá jeguakáva tenondeguá*, ou seja, “aqueles que primeiro foram adornados com o enfeite plumário de cabeça”, segundo Cadogan.

A contribuição da antropologia e da etnografia guarani ainda não foi devidamente mensurada. Num país onde 0,2% da população é indígena<sup>8</sup>, os debates são sistematicamente acesos em questões de direito à demarcação de terras, livre manifestação da cultura e manutenção do *ethos* cultural de cada grupo.

Os trabalhos pioneiros são retomados e a produção de dissertações e teses continua, embora em decréscimo significativo. Neste sentido, o valor das experiências individuais de cada antropólogo é referida e acrescida de novos elementos, na preocupação de tentar apreender o motor da sociedade guarani; às vezes, dada como a busca da “terra sem mal”; outras, como a busca de um território “livre

---

<sup>8</sup> Conforme site <http://www.socioambiental.org/website/pib/portugues/quonqua/qqindex.htm>.

de homem branco”, onde o espaço físico seja a possibilidade de vivenciar o espaço religioso (para esta discussão, veja Noelli, 1993; Garlet, 1997).

## **CRÍTICA AO USO DOS DADOS ETNOGRÁFICOS**

Da crítica ao uso dos dados etnográficos surge o problema que arqueólogos e historiadores enfrentam na utilização desses mesmos dados. Os efeitos das epidemias, endemias, redução de território e miscigenação não são tomados como elementos determinantes na composição das análises (ver Noelli & Soares, 1997a).

Em se tratando da simplificação de termos relativos ao parentesco, é possível perceber a redução de mais de 50% do vocabulário utilizado para parentes, entre o século XVIII e o XX (Noelli & Soares, 1997b).

Isto é fundamental para observar que, se a redução de termos de parentesco é notória, também é deduzível a profunda mudança nas relações sociais, como é o caso do *cuñadazgo*, do compadrio, dos grupos de trabalho e categorias de idade, remanescentes pálidos que são pouco identificados nos guaranis contemporâneos (Soares, 1997).

A partir daí, o uso de analogias entre os guaranis atuais, para interpretação dos etno-históricos e dos arqueológicos, vem sendo tratado de maneira natural, embora redunde em uma falácia cultural. Talvez pela dinâmica pós-contato, muitas vezes, as sociedades pré-coloniais foram consideradas passíveis de poucas ou nenhuma alteração significativa, em um eterno “presente etnográfico” (Fausto, 1997:2), que encontra defensores no discurso da longa duração de Braudel (veja nota 4).

Por outro lado, é impossível admitir que, em períodos anteriores ao contato com os europeus, não houvesse parcialidades distintas, disputas por territórios ou trocas de objetos, impondo aos grupos um isolacionismo que os manteria “puros”, até a chegada do “pomo da discórdia” branco. Ao mesmo tempo, a fragmentação das fontes históricas dilui essas informações, por desconhecimento, por

eurocentrismo ou mesmo por insignificância desses dados para os objetivos de cada relato.

Então, a partir dos dados etnográficos, serão resgatados elementos que devem ter sido “duradouros”, indicando a continuidade do *habitus* pré-colonial, descartando ou descaracterizando as mudanças, ressignificações e ressemantizações que possam ter ocorrido.

## **DEFININDO OS GUARANIS ETNOGRÁFICOS**

Para fins exclusivos deste estudo, propomos que a utilização de dados etnográficos seja explícita dentro das fontes, estas a partir do início do século XIX. As descrições, etnografias, compilações, bem como as relações nas quais é possível detectar a parcialidade ou grupo, devem ser exaustivamente comentadas, apuradas e citadas. Assim, consideramos como guarani etnográfico aquele grupo em que é possível rastrear elementos como a parcialidade e o local de registro. É importante não só a descrição de aspectos da cultura que o diferenciam de outros grupos de mesma língua e hábitos, mas também outras informações que auxiliem a interpretação do guarani arqueológico. Sob o risco de reconstruir um novo “frankenstein” guarani, é necessário que maiores níveis de refinamento permitam separar, ao menos no primeiro momento, as informações etnográficas das etno-históricas.

Em termos de Arqueologia, devemos lembrar que as etnografias são “instantâneos”, registros fotográficos, que não significam, necessariamente, a realidade do grupo em questão. Longos ciclos naturais ou culturais podem ser omitidos por pesquisadores bem intencionados tais como: os ciclos de colheita de certas frutíferas, ou os de passagem da adolescência à fase adulta.

É pertinente propor que o uso dos dados etnográficos sirva para compreensão e suporte analógico da sociedade guarani, mas não para substituição dos dados arqueológicos, que são escassos e repetitivos. Além disso, posto que as etnografias dos guaranis do Paraguai sejam abundantes, até o momento, é bastante difícil separar,



mesmo nelas, o que é residual ou o que resulta de adaptação, ressignificação ou resemantização.

Dessa forma, dados etnográficos podem e devem ser explorados, mas situados espaço-temporalmente na busca de analogias que, dentro dos limites citados, sejam constituídas.

## **ARQUEOLOGIA GUARANI**

O mais irônico da arqueologia guarani inicia-se pela sua história. Um relato exaustivo pode ser apreciado em Noelli (1993), vale a pena repeti-lo. O final do século XIX e o início do XX possibilitaram o aparecimento de uma série de autodidatas e cientistas de diversas áreas que perceberam a ligação mais que aparente entre os vestígios arqueológicos e as sociedades indígenas. Desencontrados e em número reduzido, os arqueólogos amadores descreviam as peças mais pelo seu fascínio estético que propriamente por seu valor arqueológico, entendido que o período era de amplo colecionismo em todo o mundo.

É no bojo desse pensamento que os museus investirão pesadamente na formação de coleções arqueológicas, e a busca de artefatos para exposição permanece veladamente em diversas instituições. Em consequência disso, são conhecidos milhares de sítios arqueológicos guaranis, mas muito pouco de seu conteúdo (sobre os períodos da arqueologia brasileira, ver Funari, 1999b, 2001).

Neste sentido, aparecem as falhas e os lapsos da arqueologia guarani, até a tomada, até hoje, como disciplina auxiliar da história, da etno-história, ou da etnografia dos diversos grupos guaranis. As escavações de sítios considerados guaranis somam algumas centenas de metros; porém muitas são isoladas em sondagens ou poços-testes; algumas são limitadas em centenas de metros de trincheiras e raras são escavações controladas com plotagem tridimensional dos artefatos.

Isto redundando em um conhecimento sobre a sociedade guarani, do ponto de vista arqueológico, frágil, tênue, diminuto e circunscrito a poucas vasilhas e a milhares de fragmentos de cerâmica. Embora

com muitos detratores, o fóssil-guia “a cerâmica corrugada” continua sendo o parâmetro para a classificação de um guarani etéreo, inconsistente e ambíguo, no próprio sentido da cultura material. Haja vista que os sítios com cerâmica são guaranis, os que apresentam líticos são intrusivos e os que apresentam outras cerâmicas são por troca, re-ocupação, abandono ou outra explicação qualquer.

Embora várias abordagens sobre a arqueologia guarani tenham ampliado as discussões e tenham proposto distintas análises ou enfoques, ainda não foi firmado um conceito essencialmente arqueológico, além daquele estabelecido pelo PRONAPA na famosa “Terminologia” de 1976. Com base em novas teorias, foi ampliado o universo da simples análise cerâmica, apreendendo novos componentes que convergiram para as seguintes abordagens:

- Ecológica, dividindo a tradição tupiguarani, destacando a subtradição Guarani (Brochado, 1984).
- Geomorfológica, distinguindo o sítio pela sua implantação no relevo, dando origem à classificação “sítios lito-cerâmico colinares do interior” (Pallestrini, 1975).
- Ambiental e paisagística, considerando características do meio ambiente físico-biótico e sócioeconômico, estabelecendo um “sistema regional guarani” (Morais, 1999-2000).

A carência de escavações amplas (exceto no caso de sítios do Paranapanema paulista) permitiu que a documentação histórica e etnográfica substituísse a tarefa do arqueólogo, pois a descrição mais ampla e completa estaria no limiar da soma dos dados advindos da história ou da antropologia.

Considerando as datas publicadas de alguns sítios, ponderamos a necessária revisão do uso dos dados históricos e etnográficos e justificamos a superioridade dos dados arqueológicos. Dito de outra forma, a arqueologia guarani, ao invés de construir um conhecimento novo, ou pelo menos diferente, tem sido usada somente para referendar os dados advindos da história e da antropologia.

É mister esclarecer que tal procedimento não é criticado neste trabalho. Criticamos o uso indiscriminado desses dados para períodos muito recuados no tempo, em face das datas apresentadas, já que

desconsidera ou minimiza a dinâmica interna dos grupos; as diferenças entre eles; os aspectos ambientais como mudança climática; as questões sociais inter e extragrupais, entre outros.

Não afirmamos que os dados são inválidos. Eles apenas devem ser utilizados como modelos para sítios cujas datas sejam do período histórico ou imediatamente anterior ao séc. XIV e XV, este, no conjunto de datações publicadas, são a minoria.

Funari & Zarankin (2001) consideram perigoso subordinar o estudo da cultura material aos documentos históricos, uma vez que estes são práticas discursivas que atendem a interesses e motivações específicas. Afirmam os autores

“... En términos más generales, la propuesta de un discurso específicamente arqueológico permite evitar los peligros de acercamientos no adecuados para trabajar con cultura material. La materialidad de la evidencia arqueológica significa que no podemos sencillamente intentar adecuarla a las informaciones de las fuentes textuales antiguas, pues así estaremos distorsionando los datos materiales, para que confirmen discursos surgidos de las fuentes escritas. Al contrario, la cultura material constituye un elemento central de acción en el mundo.” (Funari & Zarankin, 2001)

Em face disso, devemos buscar, nos dados inteiramente arqueológicos, um tratamento adequado para a arqueologia guarani. Embora redundante, é necessário, pois vemos os tipos de dados que as outras ciências disponibilizam e a fragilidade do uso destas informações.

Alguns exemplos esparsos foram sumariamente descartados, pelo fato de não atenderem aos paradigmas de produção, como é o caso das sugestões de Miller e Brochado, em suas correspondências pessoais, referente à arqueologia do vale do rio Uruguai<sup>9</sup>. Por meio dos levantamentos sistemáticos e das coletas aleatórias e totais, em diversos momentos, buscaram-se “particularidades” na composição do material, como a predominância de alguns tipos específicos de tratamento de superfície inexistentes em outras áreas, como o penteado identificado no médio-alto Uruguai.

---

<sup>9</sup> Correspondência depositada no Museu Diretor Pestana, Ijuí- RS. Datiloscritos.

Além disso, devemos ter em conta que o desmembramento da tradição tupiguarani nas subtradições guarani e tupinambá seguiu critérios pouco conhecidos. Brochado (com.pessoal<sup>10</sup>, 20/10/2001) afirma que a divisão baseou-se em critérios geográficos e históricos, haja vista a ausência de uma descrição farta da arqueologia dos grupos de língua Tupi no litoral nordeste e sudeste do país.

Primeiramente, é necessário lembrar que a subtradição tupinambá refere-se a diversos grupos que partilham a língua tupi-guarani, da família tupi-guarani do tronco lingüístico tupi, divididos em diversas línguas e dialetos. Dessa forma, não representa apenas um grupo, mas provavelmente uma “cultura” arqueológica partilhada por tupinambás, tupiniquins, tamoios, entre outros grupos desde o litoral de São Paulo até o sul da Bahia.

Não podemos esquecer que a língua não representa necessariamente cultura e, ademais, filiação lingüística não é obrigatoriamente parentesco. O uso da língua como demarcador de ‘povos’ tem suas raízes no século XIX, e deve ser tomado com extremo cuidado (Funari, 1999a, 2001), porque diferenças de línguas não implicam em diferentes técnicas (o que caracteriza uma Tradição Arqueológica), nem condicionam que povos de línguas diferentes tenham a mesma cultura material.

“Os modelos deterministas, contudo, têm grande apelo para os arqueólogos, que precisam preencher o hiato entre um conjunto de elementos materiais dispostos no espaço e processos socioculturais de larga escala. O arqueólogo não costuma se perguntar, por exemplo, se é lícito passar diretamente da complexificação da indústria cerâmica para a complexificação da estrutura sociopolítica; ou ainda, da demografia à organização social e desta para o universo simbólico. Tais passagens são franqueadas por raciocínios deterministas,

---

<sup>10</sup> Desde sua aposentadoria involuntária mantemos contato com o Prof. Brochado. Via de regra, são conversas em sua residência, de forma que é possível precisar a data exata de cada comunicação.

que por formação os antropólogos culturais tendem a ver com cautela.” (Fausto, 1997:3)

Genericamente, temos utilizado como diferença entre as duas subtradições, os seguintes elementos a seguir, que foram coletados por Brochado para realização de sua tese de doutoramento (mas sem acréscimo de dados desde, pelo menos, 1984), baseados em comunicações e correspondências com outros arqueólogos partícipes do PRONAPA, como Igor Chmyz, Ondemar Dias, Valentin Calderón, entre outros. São eles:

- A predominância do corrugado nos sítios guaranis, com mínima de 50% e média de 60-70% dos fragmentos de vasilhas obtidas em coletas totais; os sítios tupinambás teriam menor porcentagem (20-30%) e predominância do liso.
- As formas das vasilhas: embora as grandes urnas sejam assemelhadas desde a tradição Una, Aratu, Guarani e Tupinambá, as tigelas pintadas diferem na forma e na predominância da pintura<sup>11</sup>, embora não comprovada estatisticamente.
- A forma do corpo da cerâmica: as vasilhas guaranis têm fundo cônico e raramente esférico, com exceção das tigelas de beber pequenas. Em geral, as formas são de fundo cônico, tanto para tigelas de beber quanto para tigelas, panelas e talhas. No caso tupinambá, os corpos têm forma esférica ou meia calota, sendo raros fundos cônicos.
- A existência de grandes assadores de tostar farinha de beiju entre os tupinambás e quase inexistentes entre os guaranis. Os pratos guaranis, além de minoria, são de diâmetro pequeno, o que sinaliza a pouca ou ausente produção de farinha de mandioca tostada.

É importante lembrar que essas observações são válidas para as coleções estudadas no Estado do Rio Grande do Sul: uma pesquisa mais apurada, que envolva toda a área dos guaranis históricos e etnográficos em todo país, ainda está por ser realizada.

Esses dados, repassados na forma de quase “tradição oral”, são resultados da pesquisa assistemática em museus ou coleções e não se

---

<sup>11</sup> As tigelas de beber guaranis têm boca redonda, fundo cônico e pintura externa; as tupinambás, a princípio, possuem boca quadrangular, fundo semi-esférico e pintura interna.

encontram publicados. Ao contrário dos dados sobre as coleções guaranis, fartamente conhecidos através da publicação de La Salvia e Brochado (1989), as coleções inteiras de vasilhas tupinambás são quase uma incógnita.

As outras informações sobre os guaranis arqueológicos advêm de publicações científicas – infelizmente em maior parte descritiva –, que vincula os dados arqueológicos às fontes históricas e etnográficas (Schmitz, 1991; Schmitz et alii, 1990; Klamt, 1996, entre outros), concentrando os trabalhos em duas partes, em que a apresentação do material arqueológico segue as possibilidades de analogia histórica.

### **CRÍTICA E SUGESTÃO PARA A ARQUEOLOGIA GUARANI**

Dessa forma, uma arqueologia “explicitamente” guarani, a partir dos dados arqueológicos, é praticamente inexistente, porque se desconsideram, dentre outros elementos:

As diferenças espaciais: Scatamachia (1990) aponta diferentes formas de vasilhas da subtradição guarani como grandes marcos geográficos, flutuações que podem indicar grupos distintos ou derivas culturais causadas por isolamento.

As diferenças temporais: as vasilhas, no seu conjunto, são tratadas de forma ahistórica. Até o momento, não sabemos se são contemporâneas ou não, se são de produção local ou advinda de outras formas (troca, comércio, etc.).

As diferenças de ambientes: embora considerados como agricultores de floresta tropical, o intervalo entre as datas mais antigas e as recentes deve ser tomado com cautela sobre a permanência e continuidade do modelo florestal, considerando variações climáticas ocorridas nos últimos dois mil anos.

As distintas altitudes (do nível do mar a mais de 700 metros acima deste) e possíveis expansões-retrações da flora/fauna local.

As possibilidades de pesquisa em demografia, antropologia física, manejo agroflorestal, dentre outras.

Sendo assim, foram retomadas quase ingenuamente as ligações entre os guaranis arqueológicos, os etnográficos e os etno-históricos, olvidando questões como expansão, guerras, migrações, ocupação de ambientes diversos, distância temporal e suas conseqüências. O ambiente diverso, por exemplo, não tem sido considerado, uma vez que é sabido que há cerca de 2500 AP uma pequena glaciação, associada com alternantes variações climáticas, assolou toda a região sul e sudeste do país<sup>12</sup> (Coelho, Barth, Chaves, 2001).

Não pretendemos fazer “terra arrasada” da arqueologia guarani. Se por um lado a teoria arqueológica se pauta pelo pós-pós-processualismo em outros lugares; no Brasil, a arqueologia guarani ainda não se desvinculou do histórico-culturalismo, quanto muito revisitou o determinismo ecológico e/ou cultural (cf. Funari, 1999a, 2001)

### **POR UMA ARQUEOLOGIA GUARANI**

Cabe, num primeiro momento, para poder manipular os conceitos e tentar uma definição, utilizar o termo “arqueologia guarani”, pois pretendemos:

Subtrair um conceito de denominação étnica, por ora; uma vez que instâncias de influências culturais (“guaranização”), flutuação de território e contato interétnico são impossíveis de delimitação no momento.

Alertar que o compartilhamento da língua guarani não é o único demarcador para tratarmos de sociedades guaranis. Em trabalho anterior (Soares, 1996, 1997), mostramos as possibilidades de guaranização de grupos não-guaranis e a imposição de língua, cultura e *ethos*. Isto reforça o cuidado necessário entre a associação língua-cultura material.

Considerar os aspectos resgatáveis dessas sociedades, quais sejam: os artefatos, os ecofatos e os biofatos, aqui representados por

---

<sup>12</sup> Boletim de resumos do VIII Congresso da ABEQUA, 14 a 20 de outubro de 2001. Os trabalhos completos estão no prelo.

ambiente, implantação/alterações no meio, objetos produzidos/utilizados, solo de ocupação e vestígios bio-antropológicos passíveis de análise.

Não estamos, neste momento, afirmando que os grupos que confeccionaram tais utensílios sejam falantes de língua guarani, tal como é hoje conhecida, pelas seguintes razões:

- Distância temporal: as primeiras datas remontam ao começo da era cristã e antes (2200 BP); dessa forma, não podemos atrelar a tradição tecnológica (técnica de confecção cerâmica) aos falantes de determinada língua. Embora uma prática recorrente na arqueologia guarani, pela sua própria história, a etnicidade não pode ser relacionada diretamente a uma língua e a um conjunto de artefatos (Funari, 1999a; Jones, 1997).

- Dinâmica interna: sendo as datas citadas válidas, acreditamos que o desenvolvimento, a evolução ou mudança cultural impossibilitam afirmações taxativas sobre o uso da língua guarani para essas datas, mesmo considerando a ampliação da formação do tronco tupi pela glotocronologia. A discussão sobre a existência de uma língua original e sobre as derivadas continua em aberto<sup>13</sup>. Em vista disso, utilizar um fator lingüístico para a determinação de uma sociedade arqueológica é por demais temerário.

- Dinâmica externa: é sabido que as áreas ocupadas, em períodos históricos, pelos guaranis são economicamente disputadas devido aos recursos naturais. É importante lembrar o modelo de Brochado (1984), que sustenta que a formação da cerâmica Guarani passou por influências de ordem cultural e, quiçá, social. Tal influência é percebida, em tempos históricos, na deriva genética já confirmada (Soares, 1997);

Fatores pouco explorados na Arqueologia em geral, como guerras, migrações, contatos interétnicos, são impossíveis de serem considerados por meio de sondagens e poços-testes realizados. Percebemos que artefatos atribuídos a tradições diferentes no mesmo nível artificial, são tomados como comércio, pois são descartados contex-

---

<sup>13</sup> A discussão traduz-se no seguinte: um grupo de arqueólogos e de lingüistas defende um único tronco lingüístico, do qual as línguas guarani e tupinambá são derivadas; outro grupo sustenta que um proto-tronco tupi tenha derivado duas proto-línguas, proto-tupinambá e proto-guarani, o que ampliaria a separação entre ambas e as diferenças nos aspectos materiais. Veja a discussão em Brochado, 1984; Noelli, 1993. Um bom contraponto a essa perspectiva é Dias, 1994/95.



tos mais amplos e perturbação dos sítios. Para uma definição destes elementos, são necessárias escavações amplas, contextos bem definidos, análises petrográficas, de assinatura química (para a argila) e de origem geológica (para os líticos), que também vão estabelecer a origem dos artefatos. Conjuntos de datações, ao invés de uma ou duas datas por sítio, poderão indicar re-ocupação/abandono imediato, para o caso de guerras, associadas à transição de Tradições arqueológicas distintas, mas bem conhecidas; contatos interétnicos devem ser analisados pelas de coleções ósseas de indivíduos, por meio de análise genética, já existente no Brasil; não podemos esquecer que, muitas vezes, a escavação é realizada primeiro e a teorização depois, ou seja, primeiro escavamos e depois estabelecemos os problemas, invertendo a lógica da pesquisa arqueológica.

Ao mesmo tempo, é impossível negligenciar os dados históricos, etno-históricos e etnográficos existentes; estamos definindo a arqueologia guarani, por ora, por meio dos seguintes parâmetros:

- Conjunto de artefatos líticos e cerâmicos; é possível encontrar sítios arqueológicos Guaranis sem cerâmica, qual sejam: locais de extração de matérias-primas (lítico, argila, etc.)<sup>14</sup>.
- Ausência de padrão de implantação geomorfológico. Existem assentamentos em encostas e topos de colinas suaves (RS, PR, SC, SP) e em larga escala em várzeas de grandes rios (em toda área de ocupação guarani), mas também próximos a afluentes; distância entre trezentos metros e dez quilômetros dos grandes cursos d'água, mas nunca a menos de cem metros. Desta forma, determinar um padrão de ocupação geomorfológica entre os guaranis é absolutamente impossível.
- Predomínio, na cerâmica, das formas fundas sobre as rasas<sup>15</sup>, de seção tronco-cônica, de boca redonda ou arredondada, fundo arredondado para vasilhas pequenas e cônico para as médias e grandes.

---

<sup>14</sup> Segundo Schmitz, Rogge e Arnt (2000:98) os sítios guaranis são “constituídos por núcleos, lascas corticais e não coritcais; partilham com os sítios pré-cerâmicos raspadores, plainas, enxós, talhadores com gume e talão e talhadores com ponta e talão, bifaces médios e grandes... Sua exclusividade são afiadores-em-canaleta.”

<sup>15</sup> Para a discussão sobre esses termos, ver Scatamachia, Caggiano, Jacobus, 1991:90; Noelli, Trindade e Simão, 1997 [2000].

- Presença de bordas extrovertidas e em ângulo, com vários ombros nas tigelas de beber e nas talhas.
- Pintura externa, nas tigelas de beber (*cambuchi caguabã*) e nas talhas (*cambuchís*), acima do diâmetro máximo, geralmente acima da metade da altura. Podem ocorrer pinturas internas em pratos (*ñaembé* ou *ñaembiru*), de dimensões pequenas (até 20 cm de diâmetro).
- Número limitado de pratos rasos, embora citado no dicionário de Montoya, a presença de assadores (*ñamopiú*) rasos ou planos é praticamente inexistente, justificando a hipótese de não haver fabricação de farinha de beiju ou era realizada em tigelas (*ñaetás*) (cf. Noelli, Trindade e Simão, 1997:05)

Esses parâmetros são provisórios, mas necessários, porque atendem a um problema específico, qual seja, a delimitação, até a realização de pesquisas arqueológicas sistemáticas, do que vem a ser a arqueologia guarani. Esta em oposição, principalmente, a sua aparentada tupinambá, tanto por terem sido enquadradas em tradição tupiguarani pelo PRONAPA, quanto pela região que, como fronteira cultural, apresenta influências de ambas, sendo necessário um ponto de partida para a classificação em uma ou outra “área cultural”.

A partir dessas reflexões, seguindo a proposta inicial deste artigo de construir ou desconstruir um denominador comum entre os guaranis históricos, etnográficos e arqueológicos, expomos as seguintes conclusões e propostas de trabalho:

Existe uma continuidade entre os guaranis históricos e pré-históricos, mas devemos tomar certas precauções contra o uso indiscriminado do parentesco e de filiação lingüística para caracterização de uma sociedade arqueológica, já que técnicas, língua ou mesmo cultura podem ser compartilhadas por povos distintos, não necessariamente oriundos de um tronco étnico ou cultural idêntico. Desta forma, a arqueologia guarani, conhecida através da descrição etno-histórica, deve ser utilizada sem atrelamento a uma língua ou povo específico, em se tratando de períodos anteriores ao século XIII.

As datas recuadas estimulam o uso de analogias históricas ou etnográficas, mas devemos ter em conta que, em tratando de clima, ambiente ou sociedade, diversas adaptações podem ter concorrido para uma ressalva na classificação “povos da floresta tropical ou sub-

tropical”; as áreas de dispersão podem ter invadido condições diferentes das atuais, ou ainda ambientes distintos;

Em se tratando de datas históricas, as analogias devem ser perseguidas, mas devem ser observadas as particularidades locais, nas quais os modelos de reconstrução de formas, de dieta ou de alimentação devem ser revistos, tendo como foco as fontes históricas locais e regionais;

Definimos uma arqueologia guarani considerando a utilização de dados etno-históricos e etnográficos para os locais e períodos, em que as fontes estão disponíveis, ressaltando as dificuldades de ampliação dessas analogias. No entanto, o atrelamento direto entre a dispersão da língua e dos artefatos não caracteriza um grupo humano passível de associação direta.

Por fim, nosso objetivo não foi desestimular a forma como a arqueologia guarani tem se desenvolvido, mas alertar para o uso que fazemos das fontes históricas e etnográficas, lembrando que, de uma forma ou de outra, a documentação primária ainda são os artefatos, alojando a arqueologia em seu devido lugar, ao invés de dispersar na produção de uma outra arqueologia guarani.

Os Guarani existiram, certamente, assim como existem, mas não podemos confundir a cerâmica corrugada com a sociedade guarani, nem podemos nos apressar em afirmar que os habitantes dos sítios *falavam* a língua guarani. Certamente devemos entendê-los como guaranis, mas sem a pretensão de afirmar que todo falante de guarani é dos guaranis. Diversos matizes devem ser observados, pois a expansão e a diversidade das sociedades indígenas devem ser buscadas no passado, esse é o papel da Arqueologia. A complexidade dessas buscas, em tempos tão recuados, apenas confirma que não somos o ‘umbigo do mundo’.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores que colaboraram de diversas formas: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira e Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, pelas revisões e sugestões bibliográficas. Prof. Dr. José Luiz de Mo-

rais, pelo auxílio na revisão e na consistência do texto; Prof. Dr. Saul Milder pelas sugestões e discussões; Prof. Dr. José Proenza Brochado pelo sem-número de comunicações pessoais e comentários. A professora Lucy Ethur pela correção do português. É importante observar que as opiniões emitidas são de inteira responsabilidade do autor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROCHADO, J. P. 1980. A Tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio*, Recife, 3:47-60.
- . 1984. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South America*. PhD Tesis. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign.
- . 1989. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica Amazônica. *Dédalo*, São Paulo, 27:65-82.
- . 1991. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. Anais do I Simpósio de Pré-história do nordeste brasileiro. *Clio*, Série Arqueológica, Recife, 4:85-88.
- BROCHADO, J. P. & MONTICELLI, G. 1994. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 2:107-118.
- BROCHADO, J. P. et al. 1990. Analogia Etnográfica na reconstrução gráfica das Vasilhas Guarani Arqueológicas. *Veritas*, Porto Alegre, 35(140):727-743.
- CADOGAN, L. 1959. *Ayvu Rapyta*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. (Boletim 227, Antropologia 5)
- CADOGAN, L. 1992. *Dicionário Mbya-Guarani Castellano*. Asunción, CEADUC-CEPAG. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, 27)
- COELHO, L. et al. 2001. Palynological records of environmental changes in Guaratiba Mangrove área, southeast Brazil, in the last 6000 years BP. *Boletim de resumos do VIII Congresso da ABEQUA*. Imbé-RS, Mariluz, p. 403.
- CORTESÃO, J. 1951. Manuscritos Da Coleção De Angelis I. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- . 1969. Manuscritos Da Coleção De Angelis III. *Jesuítas e Bandeirantes no Tape. (1615-1641)*. Introdução e Notas por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação.
- FAUSTO, C. 2000. O conceito de cultura e o hiato entre disciplinas. *Anais do IX congresso da sociedade de Arqueologia Brasileira*, (1997), Rio de Janeiro, agosto de 2000, CD-Rom.
- FERNANDES, F. 1989 [1949]. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo, Hucitec/UnB.

- FUNARI, P. P. A. 1999a. Lingüística e arqueologia. *DELTA. Revista de Estudos de Lingüística Teórica e Aplicada*, Campinas, 15(1):161-176.
- FUNARI P. P. A. 1999b. Brazilian archaeology, a reappraisal, in G. Politis & Benjamin Alberti (Ed.), *Archaeology in Latin America*, London & New York, Routledge, p.17-37.
- FUNARI P. P. A. 2001. *Public Archaeology*, 1(4):239-243.
- FUNARI P. P. A. & ZARANKIN, A. 2001. Algunas Consideraciones Sobre Los Abordajes Arqueológicos De La Vivienda Doméstica En Pompeya. *Gerión*, 19, Revista da Universidad Complutense de Madrid.
- GATTI, C. 1985. *Enciclopedia Guarani-Castellano de Ciencias Naturales e Conocimientos Paraguayos*. Asunción, Arte Nuevo Editores.
- DIAS, O. 1994/1995. Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica tupiguarani no Brasil. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2):113-132.
- GARLET, I. 1997. *Mobilidade Mbyá: História e Significação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- HODDER, I. 1991. *Reading the Past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Second edition. Cambridge University Press, Cambridge.
- JONES, S. 1997. *The Archaeology of Ethnicity*, Routledge, London and New York.
- KLAMT, S. 1996. *A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.
- LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. 1989 *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura.
- MARANCA, S. 1976. Estudo do Sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. *Coleção Museu Paulista. Série Arqueologia*. v. 3. São Paulo, Editora da USP.
- MEGGERS, B. & EVANS, C. 1985. A utilização de seqüências cerâmicas seriadas para inferir comportamento social. *Instituto de Arqueologia Brasileira*. Boletim Série Ensaios, n° 3, setembro/85. Rio de Janeiro.
- MELIÀ, B. et al. 1976. Los Pai-Tavyterã. Etnografía Guarani del Paraguay Contemporáneo. *Suplemento Antropológico*. Asunción, v. XI, nº 1-2, 16:151-295.
- MELIÀ, B. 1987. La Tierra Sin Mal de los Guarani. *Economía y Profesía*. *Suplemento Antropológico*, Asunción, 22(2):81-97.
- . 1988. *El Guarani Conquistado y Reducido. Ensayos de Etnohistoria*. (1986). 2ª ed. Biblioteca Paraguaya de Antropología. vol. 5. Asunción, CEPAG. Univ. Católica.
- . 1988. Para una História de la Mujer Paraguaya. in: *Una Nación, Dos Culturas*. RP editores. Asunción, CEPAG. Paraguay.
- . 1989. Potyró: La cuestión del trabajo indígena Guaraní. *Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Santa Rosa, pp. 295-326.
- MELIÀ, B. et al. 1987. *O Guarani, uma Bibliografia Etnológica*. Santo Angelo, Fundação Pró-Memória. FUNDAMES.
- MÉTRAUX, A. 1928 *La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librarie Orientaliste.

- . 1974. *Migraciones Históricas de los Tupi-Guarani*. Chaco, Universidad Nacional del Nordeste.
- . 1927. *Migrations historiques des toupi-guarani*. Journal de la Société des Américanistes, Paris, N. s., 19:1-45.
- MONTOYA, A. R. 1876. *Arte vocabulário, Tesoro y Catecismo de la Lengua Guarani*, por Antonio Ruiz de Montoya, publicado nuevamente sin alteración alguna por Júlio Platzmann, 4 tomos. Leipzig, B.G. Teubner.
- . 1985. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná e Tape*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editores, 1985.
- . 1876. *Vocabulário y Tesoro de la Lengua Guarani o más bien Tupi*, I: Vocabulário guarani (o tupi)-español. Nueva edición: Viena, Faesy y Frich; Paris, Maisonnueve y Cia. [1640]. Edición organizada por F.A. Vernhagen, Visconde de Porto Seguro.
- MORAIS, J. L. 1999/2000. Arqueologia da região sudeste. *Revista USP*, nº44, dez/jan/fev, pp.194-217.
- MÜLLER, F. S. V. D. 1989. *Etnografia de los Guarani del Alto Paraná*. Societatis Verbi Divini, Argentina.
- NIMUENDAJÚ, C. 1987. *As lendas de Criação e Destruição do Mundo como fundamento da Religião dos Apapokuva-Guarani*. Trad. De Charlotte Emmerich e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo, Hucitec.
- NOELLI, F. S. 1993 *Sem tekobã não bã teko*. (Em busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Jacuí-RS). Dissertação de mestrado, Porto Alegre, PUCRS.
- . 1999/2000. A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. *Revista USP*, São Paulo, 44:218-269.
- NOELLI, F. S. & SOARES, A. L. R. 1997a. Para uma História das Epidemias entre os Guarani. *Diálogos*, 1:165-78.
- . 1997b. Efeitos da conquista europeia na terminologia e organização social Guarani. *Cadernos do METEP*, 8:383-397.
- NOELLI, F. S. et al. 2000. Primeiras análises sobre a funcionalidade e a frequência da cerâmica de um sítio arqueológico Guarani da lagoa Xambrê – Paraná, *Anais do IX congresso da sociedade de Arqueologia Brasileira*, (1997), Rio de Janeiro, agosto de 2000, CD-Rom.
- OLIVEIRA, S. N. 2002. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.
- PALLESTRINI, L. 1975. Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. *Coleção do Museu Paulista, Série Arqueologia*, 1, São Paulo, pp. 1-208.
- PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, UNB.
- SCATAMACHIA, M. C. M. 1990. *A Tradição Policrômica no Leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: Fontes Arqueológicas e Etno-históricas*. Tese de Doutorado, FFCLCH, USP.

- SCHADEN, E. 1974. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. 3ª Ed. São Paulo, Ed. Da USP.
- SCHMITZ, P. I. 1991. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. In: Pré-História do Rio Grande do Sul, *Documentos* 5, Unisinos, São Leopoldo.
- SCHMITZ, P. I. et al. 1990. Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. *Documentos*, 04:1-135. Unisinos, São Leopoldo.
- SIMÕES, M. 1972. *Índice das fases arqueológicas brasileiras 1950-1971*. Museu Paraense Emílio Goeldi, publicações avulsas n.18, Belém.
- SOARES, A. L. R. 1996. *Organização Sócio-Política Guarani: Aportes para a Investigação Arqueológica*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUCRS.
- SOARES, A. L. R. 1997. *Guarani: Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre, EdiPUCRS, Série Arqueologia 4.
- SOARES, A. L. R. 1999. Os horticultores Guaranis: problemáticas, perspectivas e modelos. In QUEVEDO, J. (Org.) *Rio Grande do Sul: quatro séculos de História*. Porto Alegre, Martins Livreiro, p. 61-101.
- SOARES, A. L. R. & GARLET, I. 1998. Parcialidades Guarani: Em busca de uma visão diacrônica. Histórica, *Revista da Ass. Dos Pós-Graduandos em História da PUCRS*. Porto Alegre, N.03, pp. 53-58.
- SUSNIK, B. 1975. *Dispersión Tupi-Guarani Pré-Histórica. Ensayo Analítico*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero.
- . 1979/1980. “*Los Aborígenes de Paraguay*”. Tomo II, Etnohistória de los Guaraníes. Época Colonial. Asunción, Museo Etnográfico ‘Andrés Barbero’. Paraguay.
- . 1983. “*Los Aborígenes de Paraguay*”. Tomo V Ciclo vital y Estructura Social. Museo Etnográfico “Andrés Barbero”. Assunción - Paraguay.
- TERMINOLOGIA Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. 1976. *Cadernos de Arqueologia*. Ano 1, n. 1. Universidade Federal do Paraná, Paranaguá.